



Câmara dos Deputados  
Gabinete do **Deputado Capitão Alberto Neto** – PL/AM

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2025**

(Do Sr. Deputado Capitão Alberto Neto)

Requer a realização de audiência pública para debater a infiltração do crime organizado no sistema financeiro e no setor de combustíveis, diante das recentes operações que revelaram a atuação do PCC em fundos de investimento, fintechs e redes empresariais, em esquema bilionário de lavagem de dinheiro.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater a infiltração do crime organizado no sistema financeiro e no setor de combustíveis, diante das recentes operações que revelaram a atuação do PCC em fundos de investimento, fintechs e redes empresariais, em esquema bilionário de lavagem de dinheiro, com a participação dos seguintes convidados:

1. **Gabriel Galípolo**, Presidente do Banco Central do Brasil;
2. **Isaac Sidney Ferreira**, Presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban);
3. **Andrei Augusto Passos Rodrigues**, Diretor-Geral da Polícia Federal;
4. **Robinson Barreirinhas**, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil;
5. **Ricardo Lewandowski**, Ministro da Justiça e Segurança Pública;





6. **Bruno Conde Caselli**, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

### JUSTIFICAÇÃO

As recentes operações deflagradas pela Polícia Federal, Receita Federal e Ministério Público revelaram a infiltração profunda do crime organizado, em especial do PCC, no sistema financeiro nacional e em setores estratégicos da economia. A megaoperação, batizada de Carbono Oculto, é considerada a maior operação da história do Brasil contra o crime organizado. O grupo sonegou mais de R\$ 7,6 bilhões em impostos federais, estaduais e municipais, segundo autoridades da Fazenda de SP.<sup>1</sup>

O que se constatou é que a facção criminosa atingiu um novo patamar, o chamado “PCC 5.0”, operando não mais apenas nas ruas e nos presídios, mas controlando fundos de investimentos, fintechs e redes de combustíveis em escala bilionária. A Receita Federal apontou que a organização chegou a dominar cerca de quarenta fundos de investimento, com patrimônio superior a 30 bilhões de reais, além de movimentar mais de 46 bilhões de reais em esquemas sofisticados de lavagem por meio de instituições financeiras paralelas.<sup>2</sup>

Como se não bastasse, identificou-se também a atuação de mais de mil postos de combustíveis em dez estados, com movimentações de cinquenta e dois bilhões de reais em apenas quatro anos, gerando concorrência desleal, sonegação fiscal e distorção no mercado. Esse cenário demonstra que o PCC deixou de ser uma mera facção criminosa e se converteu em uma holding financeira criminosa, investindo em setores estratégicos como energia, transporte, imóveis e até portos, blindando o patrimônio ilícito com aparência de legalidade.

<sup>1</sup> <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/08/28/megaoperacao-com-1400-agentes-mira-esquema-bilionario-do-pcc-no-setor-de-combustiveis-com-350-alvos-r-76-bi-foram-sonegados.ghml>

<sup>2</sup> <https://www.moneyreport.com.br/economia/como-o-pcc-lavou-r-46-bi-controlou-40-fundos-e-dominou-setor-de-combustiveis/>





Câmara dos Deputados  
Gabinete do **Deputado Capitão Alberto Neto** – PL/AM

A gravidade desse quadro não pode ser minimizada. Estamos diante de um risco concreto à soberania nacional, à ordem econômica e à própria estabilidade institucional. Quando o crime organizado passa a dominar instrumentos financeiros, fundos de investimento e cadeias de abastecimento como a de combustíveis, o Estado se vê não apenas desafiado em sua função de segurança pública, mas ameaçado em sua capacidade de regulação econômica e arrecadação fiscal.

A sofisticação com que essas operações foram conduzidas deixa claro que o aparato estatal ainda está atrasado no enfrentamento desse inimigo, que já não age nas sombras, mas atua de forma empresarial, transnacional e estruturada, infiltrando-se nos mesmos espaços em que circula o grande capital.

Diante desse quadro, torna-se imperioso que a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado realize audiência pública, convocando autoridades da Polícia Federal, Receita Federal, Banco Central e especialistas em segurança e finanças para expor, discutir e propor soluções concretas. É necessário identificar as falhas regulatórias que permitiram essa infiltração, debater as medidas de inteligência que precisam ser reforçadas e, sobretudo, construir respostas legislativas que bloqueiem de forma definitiva a atuação do crime organizado no sistema financeiro.

Por todo o exposto, solicitamos a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em      de      de 2025.

Deputado Capitão Alberto Neto

PL/AM

